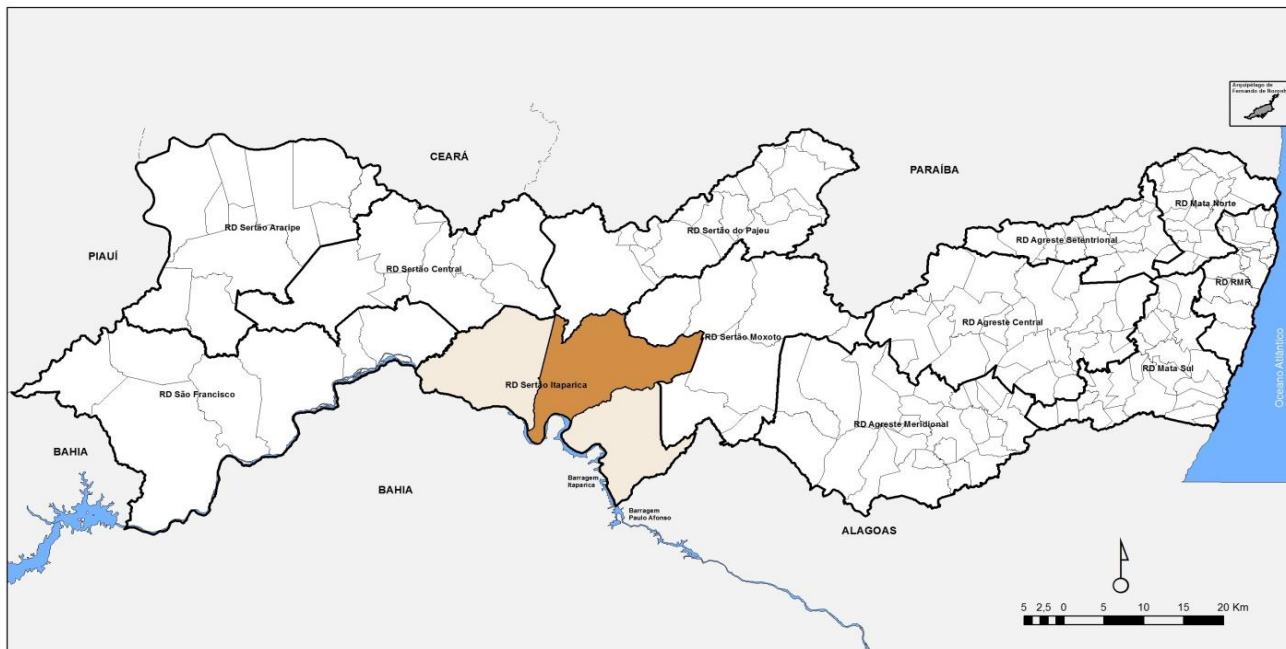


HISTÓRIA MUNICIPAL FLORESTA



Desmembrado da vila de Flores

Data de criação da vila: 31/03/1846 Lei Provincial nº 153

Data de instalação: 30/07/1846

Data cívica (aniversário da cidade): 20/06

No início da colonização, os padres das primeiras missões estabelecidas às margens do rio São Francisco, sobretudo os jesuítas e os capuchinhos franceses, atuaram na catequese dos indígenas que habitavam a área onde se localiza o município de Floresta, principalmente na região do riacho do Navio e da Serra Negra. A cidade de Floresta teve sua origem a partir de uma fazenda de gado denominada Fazenda Grande, cuja sede se localizava à margem direita do rio Pajeú, a cerca de 40 km de sua foz, no rio São Francisco. O seu proprietário, o capitão José Pereira Maciel, era rendeiro da histórica Casa da Torre, sede da fazenda de gado de Garcia d'Ávila, na Bahia.



Casa da Torre era uma espécie de sociedade dominada pelo rei de Portugal e aqui representada por pessoas de sua inteira confiança, encarregadas de grandes faixas de terra que abrangiam parte da Bahia e de Pernambuco. Nessa época se alastravam as fazendas de criação no sertão nordestino, sob o estímulo do consumo crescente no litoral, onde se desenvolviam ativamente a produção açucareira e o povoamento. O capitão José Pereira Maciel era filho do fazendeiro Antônio Pereira Falcão e de dona Maria Gomes Maciel, primeiros proprietários da Fazenda Grande, na primeira metade do século XVIII.



Em 1776 iniciou-se um período de seca que se prolongou, muito severa, em 1777. Nesse ano, o capitão José Pereira Maciel mandou construir um oratório particular em sua propriedade, sob a invocação do Senhor Bom Jesus dos Aflitos. No dia 22 de dezembro de 1777, por provisão do bispo D. Tomás da Encarnação Costa Lima, ele obteve permissão para mandar celebrar atos religiosos nesse oratório, aos domingos e dias santificados. Para isso ele mantinha um capelão, a expensas da fazenda, atraindo assim habitantes de outras regiões, o que fez surgir o povoado do Senhor Bom Jesus dos Aflitos da Fazenda Grande. Prevendo a possibilidade de evolução do lugar, devido principalmente à sua privilegiada posição geográfica, José Pereira Maciel resolveu fazer doação de patrimônio ao Senhor Bom Jesus dos Aflitos, pois pretendia transformar o oratório em uma capela, sob a mesma invocação.

Com essa finalidade, em 02 de março de 1778 ele e sua mulher, dona Joanna de Souza da Silveira, doaram "...a metade do sítio de terras situadas na ribeira do Pajehu a qual houve por herança do seu defunto pai e sogro..." para constituir o patrimônio canônico-territorial e os devidos rendimentos da capela. A escritura foi lavrada no cartório de notas da Fazenda Riacho do Navio, pelo escrivão Manoel Gomes Abrunhosa. O proprietário da Fazenda Riacho do Navio era Bartolomeu de Souza Ferraz, irmão de Joanna de Souza da Silveira, dois dos 12 filhos de Jerônimo de Souza Ferraz, um dos primeiros colonizadores do Sertão pernambucano.

Uma vez obtida a necessária licença para a fundação da capela, por provisão do bispo diocesano de Olinda, datada de 16 de fevereiro de 1780, José Pereira Maciel deu início às suas obras, nas imediações da casa de vivenda da fazenda. Quando a capela foi inaugurada, no dia 22 de julho de 1792, com bênção solene, José Pereira Maciel já havia falecido. Na ocasião, o povoado foi elevado à categoria de sede de capela. Esse templo veio a tornar-se matriz, condição que perdeu para uma nova igreja posteriormente construída.

Em 1801 o bispo-governador D. José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho, atendendo a requerimento dos seus habitantes, elevou a povoação de Fazenda Grande à categoria de freguesia, por desmembramento da freguesia de Nossa Senhora da Saúde, de Tacaratu, ficando as duas freguesias separadas pelo riacho dos Mandantes, desde a foz até a nascente, na Serra Negra. Esse ato foi confirmado por alvará de 11 de setembro de 1802, que também criou o distrito de Fazenda Grande. A freguesia teve instalação canônica em 10 de janeiro de 1803, no respectivo povoado, e sua área abrangia a dos atuais municípios de Floresta, Itacuruba, Betânia e Carnaubeira da Penha. O primeiro vigário foi o padre Serafim de Souza Pereira, que permaneceu à frente da paróquia por muitos anos.



Em 15 de janeiro de 1810 foi criada a comarca do Sertão de Pernambuco, com sede na vila de Pajeú de Flores, criada pelo mesmo alvará régio (a primeira vila do vale do Pajeú). Os casos de justiça eram então resolvidos no julgado de Tacaratu ou na vila de Flores, sede da comarca.

A povoação de Fazenda Grande foi ereta em vila (a segunda do vale do Pajeú), com a denominação de Vila de Floresta e território desmembrado de Flores, pela Lei Provincial nº 153, de 31 de março de 1846, data de criação do município, cujo termo era todo o território compreendido nas freguesias de Tacaratu e Fazenda Grande, que equivalem aos atuais municípios de Floresta, Betânia, Itacuruba,

Carnaubeira da Penha, Petrolândia, Jatobá e Tacaratu. Essa mesma lei anexou à comarca de Pajeú de Flores parte da freguesia de Fazenda Grande, que pertencia então à comarca da Boa Vista. A primeira Câmara Municipal foi instalada em 30 de julho de 1846.

O projeto de lei para a criação da vila de Floresta foi apresentado pelo deputado provincial coronel Francisco Barbosa Nogueira Paz, representante de Flores pelo Partido Liberal. Por isso, acredita-se que a denominação de Floresta deva-se à similitude ao da vila de Flores, da qual se havia emancipado. Outra hipótese para o topônimo é a existência, no município, da floresta da Serra Negra.

A sede do termo de Floresta foi transferida para a povoação de Tacaratu pela Lei Provincial nº 248, de 16 de junho de 1849. A Câmara passou a reunir-se em Tacaratu, mas continuou sob o controle dos vereadores de Floresta, não tendo ocorrido interrupção funcional, apenas mudou o local de reunião. A Lei Provincial nº 579, de 30 de abril de 1864, em seu art. 1º, restaurou a vila de Floresta na povoação de Fazenda Grande (comarca de Tacaratu), que voltou a exercer a função de sede municipal. Essa mesma lei, em seu art. 2º, desmembrou da freguesia de Fazenda Grande a Serra Negra, que passou a pertencer à freguesia de Tacaratu. A nova Câmara, eleita em 1864, foi instalada em 13 de janeiro de 1865.

A Lei Provincial nº 620, de 09 de maio de 1865, transferiu a sede do termo e comarca de Tacaratu para o termo de Floresta, ao qual ficou subordinado. A Lei Provincial nº 1.260, de 26 de maio de 1877, criou a comarca de Floresta, a qual foi classificada em 1ª entrância pelo Decreto nº 7.080, de 09 de novembro de 1878, sendo instalada em 10 de setembro de 1879, pelo juiz Gerônimo Dias de Arruda Falcão. A comarca de Floresta tem como termo judiciário a cidade de Carnaubeira da Penha.



O município foi constituído no dia 22 de janeiro de 1893, adquirindo autonomia legislativa, com base na Constituição Estadual e no art. 2º das disposições gerais da Lei Estadual nº 52, de 03 de agosto de 1892 (Lei Orgânica dos Municípios), promulgada durante o governo de Alexandre José Barbosa Lima. Anexo ao ofício do prefeito ao governador, datado de 02 de setembro de 1893, há uma relação dos distritos em que fora dividido o município: 1º - vila de Floresta; 2º - povoado do Navio; 3º - povoado da Penha. O primeiro prefeito eleito, para o período de 1892 a 1895, foi o tenente-coronel Fausto Serafim de Souza Ferraz e o primeiro subprefeito foi Antônio David Gomes Novaes. Pela Lei Municipal nº 2, de 11 de abril de 1896, foram criados em Floresta os distritos de Riacho do Navio, Penha e Queimadas.

Com o aumento da população, a capela inaugurada em 1792 tornou-se pequena, havendo necessidade de construir um novo templo. No dia 24 de dezembro de 1897 foi inaugurada a nova matriz, construída pelo povo durante cerca de 30 anos, com a ajuda de fazendeiros (que doavam bois e madeira), comerciantes e poder público. O padre Ibiapina (José Antônio Maria Ibiapina), o “apóstolo do Nordeste”, deu grande ajuda na elaboração da planta do templo e na campanha para angariar fundos. O cônego Joaquim Antônio de Siqueira Torres, filho do barão de Água Branca (de Alagoas), foi o pároco de 1889 a 1901; foi ele quem benzeu a segunda matriz de Floresta e nela celebrou a primeira missa. A antiga capela, construída por José Pereira Maciel, tornou-se a igreja de Nossa Senhora do Rosário dos dias atuais.

A Lei Estadual nº 867, de 20 de junho de 1907, elevou a vila de Floresta à condição de cidade e sede do município. O papa Pio X, através da bula de 05 de dezembro de 1910, criou a diocese de Floresta, a primeira do Sertão nordestino, com território desmembrado da diocese de Olinda. Instalada em 11 de novembro de 1911, seu primeiro bispo foi D. Augusto Álvaro Alves da Silva. O bispado foi transferido para Pesqueira em 1918 e restaurado em 15 de fevereiro de 1964, por bula do papa Paulo VI. O prédio da sede da prefeitura, cuja construção fora iniciada em 1912, foi inaugurado em 1918, com a denominação de Paço Municipal, pelo prefeito Antônio Serafim de Souza Ferraz.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município figura com os distritos de Floresta, Penha, Riacho do Navio e Queimadas. A Lei Municipal nº 76, de 22 de junho de 1920, criou o distrito de Barra do Silva e um ato municipal de 24 de novembro de 1930 criou o distrito de Itacuruba, ambos anexados a Floresta. O distrito de Rochedo foi criado pela Lei Municipal nº 7, de 04 de fevereiro de 1932. Em divisão territorial datada de 1933 o município é constituído por cinco distritos: Floresta, Barra do Silva, Itacuruba, Nazaré (ex-Riacho do Navio) e Rochedo (não aparecem os distritos de Penha e Queimadas), assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937. Pelo Decreto-lei nº 92, de 31 de março de 1938, o distrito de Nazaré passou a denominar-se Carqueja.

O Decreto-lei estadual nº 235, de 09 de dezembro de 1938, desmembrou de Floresta a sede e grande parte do território do distrito de Itacuruba, que foi incorporado ao município de Belém (atual Belém do São Francisco). Esse mesmo Decreto-lei fixou a divisão judiciário-administrativa para o período 1939-1943, onde o município aparece com quatro distritos: Floresta, Barra do Silva, Carqueja e Rochedo. Em 1939 Rochedo teve o nome mudado para Airi. O Decreto-lei estadual nº 503, de 19 de junho de 1940, modificou os limites entre os distritos de Floresta e Barra do Silva.



Na divisão territorial estabelecida pelo Decreto-lei Estadual nº 952, de 31 de dezembro de 1943, para vigorar no período 1944-1948, o município continua com quatro distritos: Floresta, Barra do Silva, Carqueja e Airi (ex-Rochedo). A Lei Municipal nº 2, de 19 de janeiro de 1948, criou o distrito de Carnaubeira, em substituição a Barra do Silva, ocupando o mesmo território do extinto distrito. Em divisão territorial datada de 1º de julho de 1950 o município é constituído de quatro distritos: Floresta, Airi, Carnaubeira (ex-Barra do Silva) e Carqueja. Em 05 de maio de 1953, foi criado o distrito de Segundo, pela Lei Municipal nº 39.

Em divisão territorial datada de 1º de julho de 1960 o município aparece com cinco distritos: Floresta, Airi, Carnaubeira, Carqueja e Segundo. Este último foi extinto pela Lei Municipal nº 40, de 17 de outubro de 1969. Pela Lei Municipal nº 1, de 22 de julho de 1989, o distrito de Carqueja passou a denominar-se Nazaré do Pico. A Lei Estadual nº 10.626, de 1º de outubro de 1991, desmembrou de Floresta o distrito de Carnaubeira, elevado à categoria de município com a denominação de Carnaubeira da Penha. Em divisão territorial datada de 1º de junho de 1995, o município é constituído de três distritos: Floresta, Airi e Nazaré do Pico, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005.

Em 1950 o Governo Federal, através do Decreto nº 87.591, criou uma Reserva Biológica com 500 hectares, na Serra Negra, para proteger-lhe a “meseta”, cuja altitude varia de 1.080 m a 1.100 m. Em 1970, recebeu a denominação de Reserva Biológica de Serra Negra. Em 1982, foram acrescentados 600 hectares, perfazendo uma área de 1.100 hectares, acima da cota de 700 m. Essas terras foram indenizadas pela União. A Serra Negra situa-se na linha divisória dos municípios de Floresta, Inajá e Tacaratu.

Fontes:

Agência CONDEPE/FIDEM, Calendário Oficial de Datas Históricas dos Municípios de Pernambuco. Recife: CEHM, 2006. V. 3.

ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS. Rio de Janeiro: IBGE, 1958. v.18.

FERRAZ, Carlos Antônio de Souza. **Floresta do Navio**: capitulo da história sertaneja. Recife: Centro de Estudos de História Municipal – CEHM, 1992. (Biblioteca Pernambucana de História Municipal, 26).

FERRAZ, Carlos Antônio de Souza. **História Municipal de Floresta**: os vales, o povo , a evolução sociocultural e econômica. Recife: Centro de Estudos de História Municipal – CEHM, 1999. (Biblioteca Pernambucana de História Municipal, 29).